

Política absurda

Caminha em direção a um ponto irreversível a renegociação da dívida externa, cujos termos estruturais haviam sido pactuados no terceiro trimestre do ano passado. São de tal ordem as dificuldades surgidas desde então que, se não puderem ser superadas pelo concurso recíproco das partes, o Brasil não terá meios financeiros para prover as contas de juros. Sobrar-lhe-á, em consequência, a alternativa de voltar à moratória, desta vez, como das anteriores, por causa de fatores externamente administrados e fora de qualquer controle nacional.

A política monetária norte-americana, abraçada por Bush para dissolver os compostos ácidos da inflação, exacerba de modo substancial as taxas de juros. Adicionadas às decisões anteriormente adotadas na administração Reagan, as diretrizes atuais já fizeram o custo do dinheiro subir quase quatro pontos percentuais. Em termos absolutos, a elevação significará para o Brasil encargo complementar de US\$ 1,5 bilhão no balanço de pagamentos. Semelhante cifra não só anula o alívio de US\$ 400 milhões alcançado nas últimas negociações como, conforme demonstra o cotejo contábil, imporrá ao Brasil um prejuízo líquido de US\$

1,1 bilhão.

A equação financeira não parece, é cômica realmente. Além de receber tratamento severo do sistema financeiro privado, o Brasil é agora compulsoriamente levado a contribuir pesadamente para os esforços antiinflacionários dos Estados Unidos. Não pode desatar hilaridade alguma, todavia, procedimento marcado por uma unilateralidade obscena, quando os credores, em plena execução dos contratos, alteram as cláusulas relativas à incidência dos juros.

Até mesmo o Bird parece reagir ao absurdo, algo surpreendente numa instituição que tem tratado o Brasil com um rigor sem limites. É o que se pode avaliar de sua decisão de abrir, sob certas condições, linha de crédito ao Brasil em torno de US\$ 1,7 bilhão, justamente por considerar que o País contribui mais para a instituição do que a ajuda eventualmente recebida. É claro que a boa vontade do Bird acaba de ser suscitada pela própria disposição do Governo brasileiro de aplicar fora do setor energético 500 milhões de dólares contratados em setembro do ano passado. Resta agora que essa boa vontade, condicionada e limitada, sirva para inspirar nova política monetária ao presidente Fluh.